REGULAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL DA SOCIEDADE BOTÂNICA DO BRASIL - SBB

DA ORIGEM E OBJETIVO

O Fundo Patrimonial da Sociedade Botânica do Brasil (SBB) pode ser composto por dotações da própria organização, bem como por doações de pessoas físicas ou jurídicas, conquistadas por meio de atividades de captação de recursos. Os recursos que compõem o Fundo devem ser aplicados segundo regras previamente definidas, observando-se as boas práticas de gestão e governança, a fim de promover o fortalecimento e a sustentabilidade das atividades institucionais da SBB.

Além das regras estatutárias, o Fundo Patrimonial será regido por este Regulamento, que disciplina suas finalidades, a política de investimentos, os limites de utilização dos recursos, os procedimentos para uso em situações excepcionais, a criação, composição e funcionamento de um Comitê Gestor de Apoio ao Fundo Patrimonial, a forma de instituição, governança e gestão do Fundo, dentre outras questões procedimentais.

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO E GOVERNANÇA DO FUNDO

Art. 1º Este Regulamento estabelece as normas do **Fundo Patrimonial de Assistência e Contingência** instituído pelo Artigo 2º da Lei nº 13.019/2014, e incorporado ao Estatuto Social da Sociedade Botânica do Brasil – SBB, conforme seu Artigo 6º.

Art. 2º O Fundo Patrimonial de Assistência e Contingência da SBB, doravante denominado "Fundo", é destinado a:

- I - Lidar com situações imprevistas e emergências financeiras da SBB;
- II - Assegurar a sustentabilidade das atividades institucionais estratégicas da SBB;
- III - Suprir gastos emergenciais ou extraordinários não previstos no orçamento ordinário, conforme critérios definidos neste Regulamento.

Art. 3º O **Comitê Gestor do Fundo** será composto por:

- I - O(A) Presidente da SBB;
- II - O(A) Presidente do Conselho Superior da SBB;
- III - O(A) Tesoureiro(a) da SBB;
- IV - Dois associados(as) eleitos(as) em Assembleia Geral Ordinária, com reconhecida experiência em gestão financeira ou áreas correlatas.

§ 1º O mandato dos membros do Comitê Gestor do Fundo mencionados nos incisos I, II e III deste artigo corresponderá ao período de sua eleição para os respectivos cargos na SBB.

§ 2º O mandato dos representantes dos associados será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução consecutiva.

Art. 4º O Comitê Gestor do Fundo deverá eleger, entre seus membros, um(a) Presidente e um(a) Secretário(a), com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 1º O(A) Presidente do Comitê Gestor será responsável por presidir as reuniões do Comitê, coordenar suas atividades e informar o status do Fundo à Assembleia Geral Ordinária da SBB.

§ 2º O(A) Secretário(a) do Comitê Gestor será responsável pela confecção das atas das reuniões, organização dos documentos e encaminhamento das informações pertinentes à Diretoria Nacional da SBB.

§ 3º O(A) Presidente da SBB e o(a) Presidente do Conselho Superior não poderão acumular a função de Presidente do Comitê Gestor do Fundo, visando à independência e equilíbrio nas decisões.

CAPÍTULO II – DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 5º Constituem recursos do Fundo:

I - Percentual definido em Estatuto Social sobre 10% (dez por cento) do superávit financeiro dos Congressos Nacionais da SBB;

II - Doações de pessoas físicas ou jurídicas destinadas especificamente ao Fundo;

III - Verbas e recursos captados com a finalidade exclusiva de compor ou fortalecer o Fundo;

IV - Rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do próprio Fundo.

Art. 6º O Fundo é indivisível e autônomo, e seus recursos não se confundem com o patrimônio da SBB. Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, o saldo remanescente do Fundo deverá ter a destinação prevista em lei para entidades de fins semelhantes.

Art. 7º Os recursos do Fundo deverão ser aplicados em instrumentos financeiros de baixo risco e alta liquidez, buscando rendimento igual ou o mais próximo possível do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), visando à preservação do capital e à sua valorização.

CAPÍTULO III – DA DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 8º O Fundo será utilizado exclusivamente para suprir gastos emergenciais ou extraordinários, que não possam ser atendidos pelos recursos do caixa ordinário da SBB.

§ 1º Entendem-se como gastos emergenciais ou extraordinários, mas não se limitando a:

I - Danos estruturais urgentes na sede da SBB;

II - Pagamento de impostos patrimoniais ou encargos trabalhistas inadiáveis, na ausência de verba da Diretoria Nacional;

III - Manutenção da operação da Sede da SBB e da publicação da “Acta Botanica Brasilica” a título de empréstimo, em caráter excepcional e mediante plano de devolução.

IV - Outras despesas de caráter imprevisível e inadiável que coloquem em risco a continuidade das atividades essenciais da SBB, devidamente justificadas e aprovadas pelo Comitê Gestor do Fundo.

Art. 9º Para a utilização dos recursos do Fundo, a Presidência da SBB deve encaminhar ao Comitê Gestor um ofício detalhado contendo:

I - O valor exato a ser utilizado;

II - Justificativa pormenorizada da emergência ou extraordinariedade do gasto, com a devida comprovação;

III - Plano de utilização dos recursos;

IV - No caso de empréstimo (Art. 8º, § 1º, III), plano detalhado de devolução dos valores ao Fundo, com prazos e fontes de recursos.

Art. 10 A utilização dos recursos do Fundo deverá ser aprovada por **2/3 (dois terços)** dos membros do Comitê Gestor, em reunião formal e com registro em ata.

§ 1º Em casos de urgência comprovada que inviabilizem a convocação presencial, a aprovação poderá ocorrer por meio eletrônico, desde que devidamente registrada e validada em ata da reunião subsequente.

§ 2º O Comitê Gestor deverá apresentar um relatório anual sobre a movimentação e o saldo do Fundo à Assembleia Geral Ordinária da SBB, garantindo a transparência e a prestação de contas.

Art. 11 Em caso de indeferimento, pelo Comitê Gestor, da solicitação de utilização de recursos do Fundo, a Presidência da SBB poderá, em caráter extraordinário e mediante justificativa formal, submeter a solicitação à deliberação da **Assembleia Geral ou Extraordinária da SBB**, que decidirá por maioria simples dos presentes.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º A Diretoria Nacional, juntamente com a Presidência do Fundo, deverá providenciar a abertura de conta bancária específica para o Fundo, bem como todos os demais trâmites legais e administrativos necessários para sua plena operacionalização, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** a partir da aprovação e registro deste Regulamento.

Art. 13º Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Comitê Gestor do Fundo, *ad referendum* da Assembleia Geral da SBB, que terá a palavra final sobre a interpretação e deliberação.

Art. 14º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Sociedade Botânica do Brasil.

Brasília, 18 de julho de 2025.

Presidente

Dra. Tânia Regina dos Santos Silva